

**Políticas Públicas e Imigração / Relatório
de Estágio de Mestrado em Sociologia : Área de especialidade Políticas
Públicas e Desigualdade Social**

Genabu Balde

**Relatório
de Estágio de Mestrado em Sociologia: Área de especialidade Políticas
Públicas e Desigualdade Social**

Abril, 2013

Relatório apresentado para cumprimento dos requisitos necessários a obtenção do grau de Mestre em Sociologia realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Casimiro Manuel Marques Balsa, Coordenador executivo do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, desde 2009, Professor Catedrático no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

RESUMO

POLITICAS PÚBLICAS E IMIGRACAO: A política de ação social da Associação OLHO VIVO em Queluz Belas, projeto Meg@ctivo GENABU BALDE

Esse trabalho pretende analisar a forma como o projeto Meg@ctivo, concretiza os objetivos definidos, à luz da formação sociológica, através de um estágio realizado na Associação Olho Vivo em Queluz Belas. Partiu-se da experiência adquirida através do estágio para compreender como é desenvolvida a ação que a associação realiza com vista a dar uma resposta para a população imigrante, que muitas vezes tem inúmeras dificuldades no país de acolhimento: por motivos linguísticos, culturais, económicos, políticos, simbólicos e sociais, em geral.

As fontes principais, foram entrevistas, observações diretas, análise documental, reflexões sobre os processos de trabalho desenvolvidos pelos técnicos e pelos estagiários, bem como os documentos oficiais do projeto Meg@ctivo.

PALAVRAS CHAVES:

Desigualdade social/ imigração/ integração/ interculturalidade/ relação pais e filhos/ famílias.

ABSTRACT

POLITIC POLICY AND IMMIGRATION: the politics of social work from OLHO VIVO association – the Meg@tivo projet

GENABU BALDE

This study was designed to examine how the Meg@tivo project implements the objectives in the light of sociological training in the “Olho Vivo “association on Queluz Belas.

We started with the gained experience trough the traineeship designed to understand how the action that the association carrier out in order to give answers to the immigration population who often have difficulties in host countries for many reasons such as linguistic, cultural, economic and political reasons.

The main sources were the interviews, skills, analysis of documents and process developed by technicians and trainers documents official.

KEYORDS: Social inequality / Immigration/ Integration/ Intercultural/ Relationship between parents and sons/ Families

AGRADECIMENTOS

A Deus por me proporcionar vida e saúde para concretizar este grandioso sonho.

Ao meu orientador Professor Doutor Casimiro Manuel Marques Balsa, pela disponibilidade, seriedade e interesse com que sempre acolheu os meus trabalhos e solicitações.

A minha Orientadora de estágio Raques Bispo e a sua equipa do projecto Megactivo pela simpatia e acessibilidade.

Ao Professor José Leitão pelo incentivo e atenção que me tem dado nesta caminhada.

Aos meus pais pela força e apoio prestado. Não seria possível concretizar a tese de Mestrado sem o apoio familiar de retaguarda, pois não é fácil ser trabalhador estudante e com responsabilidades.

Ainda agradeço aos meus irmãos sobrinhos: Farmara, Cadja, Serifo, Munasinho, Djibisinho e Saidosinho.

Ao Bacar, Maimuna e Mamadu Miguel Embalo por darem sentido e alegria aos meus dias.

Aos amigos que de forma direta ou indireta também contribuíram nessa árdua caminhada.

A Mariama Dembo e Amadu Balde

INDICE

INTRODUÇÃO.....	1
METODOLOGIA.....	2
APRESENTAÇÃO DO PROJECTO.....	2
1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MEG@CTIVO.....	5
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO.....	6
1.2 Breve historial da instituição e enquadramento jurídico.....	12
1.3 Caracterização da Entidade promotora.....	14
1.4 Caracterização do Consórcio.....	15
1.5 Enquadramento Territorial e geográfico do projeto	16
1.6 Caracterização da população.....	16
1.7 Caracterização do Bairro.....	18
 2. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL.....	 19
2.1 Missão do Meg@ctivo.....	19
2.2 População Alvo	20
2.3 Apoios Concedidos no âmbito de Acção Social.....	20
2.4 Destinatários.....	22
2.5 Beneficiários.....	23
2.6 A Problemática da população alvo.....	23
2.7 Recursos.....	24

3. DINÁMICAS MIGRATÓRIAS E PROCESSO DE INTEGRAÇÃO.....25

3.1 Enquadramento da política de imigração	25
3.2 Os modelos de integração seguidos.....	28
3.3 A desigualdade social como variável do processo de integração.....	32
3.4 A interculturalidade como fator de integração social.....	33
3.5. O papel chave da família na dinâmica da integração.....	34

4. RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS AO LONGO DO ESTÁGIO E A DESCRIÇÃO DAS MESMAS.....36

4.1. Pesquisa Documental.....	36
4.2. Descrição dos acompanhamentos as famílias.....	37
4.3 Apresentação do Apoio escolar.....	38
4.4 Descrição das oficinas de arte dirigidas.....	38
4.5 Jogos lúdicos e pedagógicos.....	39
4.6 Participação nos eventos do Meg@ctivo.....	40
4.7- Participação no processo de avaliação das actividades desenvolvidas.....	40
4.8- Participação na reunião da equipa do Meg@ctivo na actividade que visa ao reforço incentivo ao empreendedorismo dos imigrantes	41
4.9 -Outras tarefas desenvolvidas.....	41

5. REFLEXÃO CRÍTICA DAS ACTIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO.....42

5.1 Avaliação da satisfação dos jovens.....	44
---	----

5.2.Avaliação do grau de satisfação dos pais relativamente aos serviços prestados para com os seus filhos no projecto.....	45
5.3.Arquivo de documentos.....	45
5.4.Actividade planificada e não realizada.....	45
 6. ANALISE CONCLUSIVA.....	46
BIBLIOGRAFIA.....	49
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O sonho de encontrar melhores condições de vida tem levado ao longo dos tempos milhões de imigrantes a partirem à procura de melhores condições de vida noutros lugares.

Os estudos sobre migrações têm uma grande relevância, tanto na área de compreensão deste fenómeno, quanto no que se refere à análise das políticas sociais públicas. As migrações internacionais possuem dinâmicas, que refletem as especificidades e tendências da forma como se verifica o processo de distribuição espacial da população, e se organiza o mercado de trabalho urbano.

Observou-se que as migrações atuais apresentam traços que refletem as dinâmicas dos fluxos migratórios em busca de trabalho. A feminização é uma das características desse fluxo que reflete as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, no qual a mulher começou a se inserir, quer no mercado formal, quer no mercado informal de trabalho.

Pretendemos começar por realizar neste trabalho, uma análise documental, tendo em conta a literatura sobre o processo de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa. Seguir-se-á posteriormente a apresentação da experiência prática do Estágio Supervisionado no curso de Sociologia: área de especialidade: políticas públicas e desigualdade social.

Segundo (Machado e Abranches 2004) “*Em Portugal há algumas populações de origem imigrantes que se encontram já numa fase relativamente adiantada no que refere ao ciclo migratório*”, ou seja já residem há muitos anos no país de acolhimento. No âmbito do estágio procurámos responder a algumas questões relativas à adaptação e à integração dos jovens filhos de imigrante que participam no projeto Meg@ctivo. Que tipos de trajetória(s) percorreram esses jovens descendentes de imigrantes? Verificaram-se processos de integração na sociedade portuguesa? Como decorreram esses processos? Quais foram as trajetórias desses jovens? Tinham-se já verificado mudanças significativas na sua integração desde a sua chegada? As formas de integração alteraram-se devido à sua participação no projeto? As questões colocadas foram sendo respondidas a partir do desenvolvimento desse trabalho.

Metodologia

A abordagem crítica é utilizada como suporte teórico e metodológico do trabalho. As técnicas de pesquisa utilizadas foram entrevistas, observações diretas, análise documental, reflexões sobre os processos de trabalho desenvolvidos pelos técnicos e pelos estagiários.

Começaremos por uma breve apresentação do projeto Meg@ctivo, onde se realizou a experiência do estágio.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A implementação do Projeto Meg@ctivo tem como objetivo intervir na área de integração social, de acordo com as regras do projeto, nomeadamente, no que refere a inclusão escolar e educação não formal das crianças e jovens de 6 á 18 anos, estendendo-se até os 24 anos, moradores de Queluz e Belas, designadamente, dos bairros do Pendão e Pego-Longo.

Toda esta dinâmica assenta sempre no objetivo de levar estas crianças e adolescentes a abandonar o absentismo escolar.

Pretende-se proporcionar-lhes um novo olhar sobre as suas vidas e sobre sociedade, para que quando confrontados com alguma situação que exija respostas novas, estejam aptos a responder às situações.

O projeto apresenta como expectativas uma promoção da sua educação para o respeito pela dignidade humana, para a cidadania, para o ambiente, para a formação para comportamentos de solidariedade e cooperação.

O projeto é financiado por Programa Escolhas, e tem duração de três anos: 2010 á 2012.

Dirigindo-se aos jovens e os seus familiares, pretende contribuir para: a formação profissional, a empregabilidade, a dinamização comunitária e cidadania, a inclusão digital, o empreendedorismo e a capacitação dos jovens e dos seus familiares.

Nesta mesma lógica o projeto desenvolve atividades, que visam contribuir de forma positiva e concreta para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e escolares, contribuindo para a inclusão escolar, para o aumento da escolaridade e diminuição de comportamentos de risco.

O seu público-alvo é constituído na sua grande maioria por filhos de imigrantes oriundos de Países de Língua Oficial Portuguesa, descendentes de guineenses, cabo-verdianos, angolanos e também de portugueses.

OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO

Objetivo geral 1: Desenvolver competências pessoais, sociais e escolares, contribuindo para a inclusão escolar e para o aumento da escolaridade,

Objetivo geral 2 :Promover a cidadania e a integração social e digital,

Objetivo geral 3: Fomentar a capacitação e o empreendedorismo

Objetivo Geral 1 Desenvolver competências pessoais, sociais e escolares, contribuindo:

Para a inclusão escolar e para o aumento da escolaridade,

OBJETIVO ESPECÍFICO 1.1

Aumentar o sucesso escolar dos jovens entre os 10 e os 18 anos de idade, que frequentam o 2º e 3º ciclos do ensino básico e o ensino secundário, residentes nas freguesias de Queluz e Belas, prioritariamente, dos bairros do Pendão e Pêgo Longo, destinatários e beneficiários do projeto Meg@ctivo.

OBJETIVO ESPECÍFICO 1.2

Reduzir o absentismo escolar dos jovens dos 6 aos 18 anos, do Agrupamento II e Escolas Professor Galopim de Carvalho, residentes nas freguesias de Queluz e Belas, prioritariamente, dos bairros do Pendão e Pêgo Longo, destinatários e beneficiários do projeto Meg@ctivo.

OBJETIVO ESPECÍFICO 1.3

Integrar na escola ou em cursos de formação profissional os jovens dos 6 aos 18 anos, residentes nas freguesias de Queluz e Belas, prioritariamente dos bairros do Pendão e Pêgo Longo, destinatários e beneficiários do projeto Meg@ctivo, que se encontram em situação de desocupação ou não integrados no sistema de ensino.

Objetivo geral 2: Promover a cidadania e a integração social e digital.

OBJETIVO ESPECÍFICO 2.1

Desenvolver competências ao nível de tecnologias de informação e comunicação aos jovens entre os 6 e os 18 anos de idade, residentes nas freguesias de Queluz e Belas, prioritariamente dos bairros do Pendão e Pêgo Longo, destinatários/beneficiários do projecto Meg@ctivo.

OBJETIVO ESPECÍFICO 2.2

Desenvolver competências pessoais e sociais, facilitadoras ao relacionamento intercultural e interétnico, dos jovens entre os 6 e os 18 anos, residentes nas freguesias de Queluz e Belas, prioritariamente dos bairros do Pendão e Pêgo Longo, destinatários/beneficiários do projeto Meg@ctivo e a comunidade local e promover estilos de vida saudáveis.

OBJETIVO ESPECÍFICO 2.3

Diminuir fatores de risco de exclusão social, dos jovens entreos jovens dos 6 aos 18 anos, residentes nas freguesias de Queluz e Belas, prioritariamente dos bairros do Pendão e Pêgo Longo, destinatários e beneficiários do projecto Meg@ctivo.

Objetivo Geral 3 - Fomentar a capacitação e o empreendedorismo.

OBJETIVO ESPECÍFICO 3.1

Desenvolver capacidades empreendedoras aos jovens entre os 10 e os 18 anos, que frequentam o 2º e 3º ciclos do ensino básico, o ensino secundário e que se encontram em situação de desocupação ou não integrados no sistema de ensino, residentes nas freguesias de Queluz e Belas, prioritariamente, dos bairros do Pendão e Pêgo Longo, destinatários e beneficiários do projeto Meg@ctivo.

OBJETIVO ESPECÍFICO 3.2

Promover a participação, o voluntariado e o desenvolvimento sustentado, através de iniciativas de apoio à comunidade, de jovens entre os 14 e os 18 anos, residentes nas freguesias de Queluz e Belas, prioritariamente dos bairros do Pendão e Pêgo Longo, destinatários e beneficiários do projeto Meg@ctivo.

OBJETIVO ESPECÍFICO 3.3

Apoiar a implementação de projetos a realizar por jovens dos 14 e os 18 anos, residentes nas freguesias de Queluz e Belas, prioritariamente dos bairros do Pendão e Pêgo Longo, destinatários e beneficiários do projeto Meg@ctivo, promovendo a sua participação e co-responsabilização por todas as etapas.

OBS: Vale destacar que para cumprir estes objetivos o projeto conta com instrumentos de avaliação para cada um dos objetivos.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MEGACTIVO

Denominação do projeto: Meg@ctivo

Duração do projeto: 3 anos 2010 / 2012

Início do estágio: 14 de Novembro há 30 de Setembro

Total de Horas: 600 horas

Coordenadora do projeto: Raquel Bispo

Habilitações literárias / Formação específica (s): Licenciatura em Ciência Política

Funções Desempenhadas: Coordenadora do Projeto Meg@ctivo

Telemóvel: 912522686 Email: megativo.pe@gmail.com

1.CARATERIZAÇÃO DO PROJETO

No âmbito do Plano para Integração dos Imigrantes (PII), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 74/2010 insere-se o projeto Meg@ctivo. O PII visa o acolhimento e a integração dos imigrantes, uma das prioridades de intervenção política do XVIII Governo Constitucional. O primeiro PII abrangeu o período de 2007 a 2009. O segundo plano para a integração dos imigrantes assenta na avaliação do plano anterior e na identificação das necessidades de intervenção para o período de 2010-2013.

No segundo plano destaca de modo especial a particular relevância da 4.^a geração do Programa Escolhas (2010-2012) onde o projeto Meg@ctivo se insere, (o regulamento de Programa Escolhas, consta do Despacho Normativo n.º27/2009, de 6 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, nº151).

No “contexto do segundo PII, o Programa Escolhas, está previsto como eixo fundamental na área dos descendentes de imigrantes e mobilizando um investimento substancial de recursos financeiros e humanos num movimento alargado de parcerias locais, que contribuem duma forma geral na adaptação e a integração dos imigrantes, espera-se que continue a ser um dos mais poderosos instrumentos das políticas sociais em favor da integração dos imigrantes na sociedade portuguesa”.

O segundo PII destaca 90 medidas distribuídas por 17 áreas de intervenção: acolhimento; cultura e língua; emprego, formação profissional e dinâmicas empresariais; educação; solidariedade e segurança social; saúde; habitação; justiça; racismo de discriminação; acesso à cidadania e participação cívica; associativismo

imigrante; descendentes de imigrantes; idosos imigrantes; relações com os países de origem; promoção da interculturalidade; questões de género; tráfico de seres humanos.

Referiremos algumas das medidas previstas nestas áreas, de forma tornar claro de que forma o projeto Meg@ctivo se insere na dinâmica do PII. A medida 14, por exemplo, visa o reforço do incentivo ao empreendedorismo dos imigrantes.

A medida 64, da área descendentes de imigrantes, que se destina, nomeadamente, a consolidar os projetos locais, designadamente no âmbito do Programa Escolhas implementados por consórcios de instituições locais, regionais e centrais que se mobilizem para a procura de respostas integradas às situações de exclusão social, escolar e profissional das crianças e jovens mais vulneráveis, promovendo uma integração mais efetiva.

A medida 70 consiste na divulgação das formas de acesso aos direitos decorrentes das contribuições feitas para a segurança social, não só em Portugal mas também nos países de origem e na União Europeia.

A medida 71 promove a dinamização de grupos de trabalho sobre a integração de imigrantes criados entre os países de origem e Portugal.

A medida 78 visa o reforço da dimensão local da interculturalidade e da integração de imigrantes, dentre as 90 medidas destacam algumas que o projeto se encaixa na sua área de intervenção.

O projeto Meg@ctivo que visa, designadamente, o reforço do incentivo ao empreendedorismo dos imigrantes. Esta é uma das ações que o projeto desenvolve nos seus processos de trabalho cotidiano, que vai no mesmo sentido da medida 14, que referimos. O projeto também responde outras áreas de intervenção com o incentivo à integração desta população no contexto laboral. Ainda dentro das medidas do (PII), o projeto Meg@ctivo contribui também com a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, através de atividades de formação e informação.

Para caracterizar o projeto, todos estes elementos merecem referência, mas primeiramente será necessário compreender a sua definição a partir do Programa Escolhas. Nessa perspetiva, o projeto pode ser definido como, *“conjunto de ações e*

atividades a desenvolver pelo consórcio destinados a um conjunto de destinatários e beneficiários, durante um certo período de execução, num determinado âmbito territorial e com vista a cumprir os objetivos definidos, sendo esses: inclusão escolar e educação não formal; formação profissional e empregabilidade; dinamização comunitária e cidadania; inclusão digital; empreendedorismo e capacitação.”

O Projeto Meg@ctivo é um projeto que contribui para a inserção e a integração social da população que se encontra na área de vulnerabilidade e de risco social e que tem pouca ou fraca intervenção institucional. Para a concretização destes objetivos o projeto Meg@ctivo desenvolve 30 atividades que são: (re)integração escolar; apoio escolar; apoio de português para imigrantes; está na hora, apoio psicológico; treino de competências; acompanhamento escola entre jovens; diretores de turma e encarregados de educação; integração em cursos de formação profissional; jogos lúdicos pedagógicos; saídas; desporto; natação; oficina de artes; música (beat box); animação comunitária; ações de sensibilização; regularização dos imigrantes; acesso livre à informática; Cid - atelier de comunicação, curso de iniciação às tecnologias da informação e da comunicação; formação certificada em tecnologias da informação e da comunicação; Cid-apoio escolar; megaproduções; capoeira; cidadania jovem e ambiental, megaprojetos; atividades formativas "empreendedorismo"; curso de hardware e de software IT Essentials – CISCO, EPA;- apresentação "Escolhas em Sintra com Portas Abertas - Boas Práticas" e espetáculos.

Vale destacar que dentre todas as ações citadas a grande maioria são executadas, e algumas por motivos técnicos não são executadas.

Fonte: (AGIL Plataforma otimizada para Internet Explorer 7+, Firefox, Safari e Google Chrome)

No plano anual do projeto Meg@ctivo são desenvolvidas várias ações referentes o processo de avaliação do projeto Meg@ctivo.

Esse processo ocorre através da realização de sete diferentes tipos de reuniões.

1- **Reuniões de consórcio** semestrais, nas quais se utilizam: os tipos de auto e coavaliação do funcionamento do consórcio; contributos; articulação; responsabilidades assumidas; coavaliação da implementação do projeto. São apresentados relatórios de atividades, apreciados e discutidos os planos de atividades, relatórios de auto-avaliação técnica, estratégias, reorientação de ações, processos e metodologias a adotar.

2- **Reuniões de equipa** que procedem avaliação do trabalho desenvolvido na semana antecedente; reflexão; reorientação de ações; estratégias e metodologias; planificação da semana subsequente.

3- **Momentos de reflexão** com os jovens como atividade semanal, destinada a auto-avaliação e avaliação das atividades decorridas durante a semana e outros assuntos que os jovens demonstrem interesse.

4- **Assembleias de jovens semestrais:** recolha da avaliação dos jovens destinatários e beneficiários de forma a incorporá-la nos relatórios de auto-avaliação

5- **Reuniões com os diretores de turma** para: avaliação, reflexão, articulação, registo e tratamento de informação:

a)- **Agrupamento JI e Escolas Professor Galopim de Carvalho:** informações relativas aos horários, avaliações, faltas, presenças, observação de comportamentos;

b)- **Olho Vivo** – relatórios;

- c)- **GIP**: integração em cursos de formação profissional / emprego;
- d)- **CLAI**: regularização de imigrantes;
- d)- **GAP**: informações relativas ao acompanhamento social. - Relatório financeiro (AFINA);
- e)- **Município de Sintra** - famílias em fogos camarários;
- f)- **CPCJ**: informações sobre processos de promoção e proteção;
- g)- **DGS** :informações sobre processos tutelares educativos.

6- **Junta de freguesia de Queluz** - informações sobre famílias em acompanhamento social.

7- **Equipa**: - relatórios de atividades, relatórios de auto-avaliação.

Fonte: (AGIL), grelhas de observação comportamentos, competências, presenças. 8- Destinatários: Auscultação, discussão, implementação, avaliação.

O mesmo processo de avaliação permite aos jovens espaço para decidir e elencar as ações que consideram fundamentais durante o ano e as que consideram não relevantes para serem desenvolvidos. Ainda neste processo de avaliação contam com as reuniões do consórcio, reunião da equipa do Megactivo e com acompanhamentos com os familiares dos destinatários do projeto.

O projeto ao responder os princípios gerais do Programa Escolhas, obedece seguintes princípios:

- a) **Planejamento estratégico**- diagnóstico, definição de objetivos e metas, identificando as ações e as atividades bem como o seu impacto nos problemas e os resultados a atingir;

- b) **Parceria-** parceiros locais, a fim de existir a complementaridade das ações e articulação de recursos e a co-responsabilização pelas iniciativas de forma a promover a sustentabilidade das ações;
- c) **Participação-** a fim de garantir a participação dos jovens em todas as etapas do projeto, promovendo o processo de capacitação e de co-responsabilização;
- d) **Dialogo intercultural-** entendendo que no encontro da diferença é possível promover um enriquecimento e procurando a convivência positiva,
- e) **Mediação-** adaptando-se os contextos e horários dos públicos favorecendo a proximidade e tornando-se um quadro de mediação social;
- f) **Inovação Social-** processo de novas respostas para velhos problemas.

Para caracterizar o projeto no Plano de Integração para os Imigrantes, o Megactivo encontra-se na área de intervenção social com fins de contribuir na integração e na inclusão social da população.

A Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, define as condições e procedimentos de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, bem como o estatuto dos residentes de longa duração, mas a legislação relativa aos estrangeiros está dispersa por vários diplomas legais, desde a Constituição da República, até diversos outros diplomas legais de menor relevância.

De acordo com aquela lei, residente legal, é o cidadão estrangeiro habilitado com título de residência em Portugal, de validade igual ou superior a um ano.(v. art..3.-º)

1.1 BREVE HISTORIAL DA INSTITUIÇÃO E ENQUADRAMENTO JURÍDICO DO PROJETO

O Meg@ctivo é um projecto que tem seu início na Segunda Geração do Programa Escolhas (2G) que decorreu entre Maio de 2004 e Setembro de 2006, tendo financiado e acompanhado 87 projetos, distribuídos por todo o país. O público-alvo prioritário do E2G foram crianças e jovens entre os 6 e 18 anos oriundos de contextos socio-económicos desfavorecidos e problemáticos. O Programa abrangeu ainda jovens com idades compreendidas entre os 19 e os 24 anos, famílias e outros elementos da comunidade, como professores, auxiliares educativos, etc. Em 2007, o Projeto ampliou a sua ação e foi renovado até 2009, com o objetivo de promover a inclusão social de crianças e jovens, entre os 6 e os 24 anos, provenientes de contextos sócio-económicos mais vulneráveis, tendo em consideração o maior risco de exclusão social, nomeadamente de descendentes de imigrantes e minorias étnicas, procurando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

A 4ª Geração do Programa Escolhas (2010 – 2012) corresponde à segunda fase do projeto Meg@ctivo,

Ampliou-se a sua área de intervenção tendo em consideração o risco acrescido de exclusão social dos públicos-alvo, nomeadamente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, para a prossecução da sua missão. Estabeleceram-se como áreas prioritárias de intervenção do Programa Escolhas: a inclusão escolar e educação não-formal, a formação profissional e a empregabilidade, a dinamização comunitária e cidadania, a inclusão digital, o empreendedorismo e capacitação. Continuando a apostar na mobilização das comunidades locais e no modelo de envolvimento das instituições em consórcios locais, o Programa Escolhas continuou a promover a co-responsabilização de todos os intervenientes, procurando assegurar a rentabilização dos recursos existentes nos territórios de intervenção de forma a garantir a sustentabilidade dos territórios, das instituições locais e das dinâmicas de ação iniciadas pelos projetos anteriores.

Nesta geração o Programa incide com especial atenção na capacitação e autonomia dos jovens, procurando que os seus destinatários se envolvam ativamente nas ações promovidas pelos projetos escolhas, de forma a que estes se apropriem das dinâmicas iniciadas e possam complementar e prosseguir com as ações no futuro, procurando assegurar a sustentabilidade das ações no território.

Neste seguimento, e sendo forte a aposta na mobilização e capacitação das comunidades, o Programa Escolhas cria a figura do dinamizador comunitário, jovem oriundo da comunidade que, integrado nas equipas técnicas dos projetos escolhas, pelo seu perfil de liderança positiva se constitui como um modelo de referência, e contribui, pela sua estreita ligação ao território, para a mobilização das crianças, jovens e comunidade em geral.

O Programa Escolhas na sua Quarta Geração terá como áreas de intervenção:

- a) Medida I: Inclusão escolar e educação não formal;
- b) Medida II: formação profissional e empregabilidade;
- c) Medida III: Dinamização comunitária e cidadania;
- d) Medida IV: Inclusão Digital;
- e) Empreendedorismo e Capacitação.

As novidades nesta fase do projeto são: a diferenciação da população-alvo em destinatários e beneficiários; a figura de dinamizador comunitário, jovem oriundo da comunidade que constitua uma boa referência; a medida V- capacitação e empreendedorismo; Assembleia de Jovens (um espaço de avaliação dos processos de trabalhos desenvolvidos durante o ano. Podemos considerar estas novidades como a diferença da terceira geração para a quarta geração do projeto Megactivo.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE PROMOTORA

Designação: Associação para Defesa de Património Ambiente e Direitos Humanos (OLHO VIVO)

Morada: Av. António Ernes, Nª 31, Centro Comercial de Queluz, Sala F 8

Código Postal: 2745 – 068 Queluz

Freguesia: Queluz

Concelho: Sintra

Distrito: Lisboa

Telefone: 214353810

Fax: 214366483

E-Mail: Olhovivo@Sapo.pt

1.2.1 Caracterização da entidade Promotora Âmbito de intervenção

Associação sem fins lucrativos de âmbito nacional com intervenção na defesa do património, do ambiente e dos direitos humanos. Promove a educação ambiental e a eco-cidadania, junto das escolas básicas e secundárias. Desenvolve uma vasta intervenção no domínio social e comunitário, nomeadamente na informação, aconselhamento, acompanhamento e apoio a imigrantes e minorias étnicas, jovens em abandono escolar, desempregados ou à procura do primeiro emprego, vítimas de violência doméstica, sem abrigo e outros carenciados. Promove a participação comunitária através do voluntariado em acções ambientais e sociais. É uma entidade formadora acreditada pela DGERT.

Acordos/Protocolos e Candidaturas de que é beneficiária/candidata

Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante, em protocolo com o ACIDI. CNAI (Centro Nacional de Apoio ao Imigrante), em protocolo com o ACIDI.

Centro Intercultural "A casa dos Povos", protocolo com o ACIDI e CM Sintra Projeto "Sintra quer mais Interculturalidade", protocolo com ACIDI.

Projeto Mediadores Municipais (Comunidade Cigana) protocolo ACIDI e CM Sintra "Casa Viva" apoio a doentes estrangeiros, protocolo com ACIDI.

GIP (Gabinete de Inserção Profissional), em protocolo com o IEFPP- Centro de Emprego da Amadora. GAC (Gabinete de Apoio à Cidadania), em protocolo com a Câmara Municipal de Sintra. Loja Social, protocolo com a CM Sintra Heuritage- projeto de parceria europeia apoiado pela Agência Nacional Aprendizagem ao longo da vida e Prog.GRundvig Programa Escolhas 1ª Geração - Bairro 1º de Maio como entidade parceira.

Programa Escolhas 2ª Geração - Projeto Raízes como Entidade Gestora.

Programa Escolhas 3ª Geração – Projecto Meg@ctivo como Entidade Promotora e Gestora.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

O consórcio é formado por sete entidades que trabalham em ligação para atingirem o objetivo comum para todos , sendo constituída pelas seguintes entidades:

1. Associação OLHO VIVO, promotora e gestora;
2. Câmara Municipal de Sintra;
3. Junta Freguesia de Queluz;
4. Comissão de Proteção de crianças e jovens de Sintra Oriental;
5. Direção Geral de Reinserção Social;

6. Agrupamento JI e escolas professor Galopim de Carvalho;
7. Associação para a promoção do desenvolvimento juvenil.

1.4 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E GEOGRÁFICO DO PROJETO

O projeto localiza-se no concelho de Sintra, freguesia de Queluz, e Belas, nas localidades de Pendão e Pego Longo

Queluz é uma das vinte freguesias do concelho de Sintra. Massamá e Monte Abrão separaram-se administrativamente da freguesia de Queluz em 12/06/1997. Queluz é uma das três freguesias da Cidade de Queluz. As três freguesias da cidade de Queluz somam cerca de 77 040 habitantes.

Tem uma população de 26 248 habitantes, segundo os dados da junta de freguesia (2011) e uma área de 2, 93 km², a densidade é de 8 958, 4 hab/km². A freguesia foi criado em 29 de Junho de 1925, por decreto lei nº 1790, apos desanexação da povoação de Queluz Belas, juntamente com as povoações de Pendão. Massamá, Ponte Carenque, Gargantada e Afonsos, constituíram a freguesia de Queluz.

1.5 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO do Meg@ctivo

Inquérito da população do projeto Meg@ctivo

O projecto Meg@ctivo conta com populações de várias nacionalidade, sendo a grande maioria oriundos dos países Africanos da Língua Oficial Portuguesa, As nacionalidades que frequentam o projeto são em primeiro lugar cabo-verdianos, mas também guineenses, angolanos, são-tomenses, moçambicanos, brasileiros, havendo outras presente de forma muito mkinoritária.

2 As instituições sociais cujo apoio é mais procurado de bairro de acordo com os nossos levantamentos são: Centro de Bem-Estar Social de Queluz; Centro Social Paroquial

Nossa Senhora da Conceição; Santa Casa de Misericórdia; Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Queluz; Cruz Vermelha Portuguesa (delegação de Queluz); Associação de Escoteiros de Portugal- Grupo 23; CERCITOP, CRL, Cooperativa de solidariedade social.

Instituições Religiosas

A população local é maioritariamente católica, segundo os dados da Junta Freguesia de Queluz, mas existem também outras comunidades religiosas com templos ligados às seguintes confissões religiosas: Igreja Católica Apostólica Romana; Igreja Evangélica Assembleia de Deus; Igreja Evangélica Baptista; Igreja do Nazareno; Salão do Reino das Testemunhas de Jeová.

Instituições Ambientalistas

Para Além da Associação OLHO VIVO (associação para defesa ambiente e direitos humanos), existem as seguintes associações; Associação de jovens ambientalistas- KID carcaça; Associação Pinheiro Bravo.

Instituições de Saúde

As instituições de saúde mais procuradas pela população residente no Bairro de Queluz nomeadamente em Pendão e Pego Longo são as seguintes: *Pública*- Centro de Saúde de Queluz; *Privadas*- Associação dos Bombeiros; Clínica Médica e Dentária Dr..Jorge João; Clínica de Alerta Médica; Clínica Médica de Queluz; Policlínica de Queluz;

Existem também duas unidades auxiliares de diagnóstico, 3 centros de recuperação física, unidades de enfermagem e unidades farmacêuticas.

Instituições mais procuradas

Segundo os nossos levantamentos as instituições mais procuradas pelos familiares dos jovens são: Escola de Novas Oportunidades; Associação Olho Vivo de Queluz (o projeto Meg@ctivo); Centro de Bem-Estar Social de Queluz; o Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição; a Santa Casa da Misericórdia; a Associação de

Reformados, Pensionistas e Idosos de Queluz; a Cruz Vermelha Portuguesa (delegação de Queluz); a Associação de Escuteiros de Portugal - Grupo 23; a CERCITOP,,CRL, Cooperativa de solidariedade social.

Em Queluz existem também dois Lares para Idosos, privados que albergam pessoas residentes e não residentes na freguesia. A freguesia conta ainda com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, com o seu quartel devidamente apetrechado.

Outras instituições

Na freguesia existem ainda outras instituições, designadamente, as seguintes: escolas pré-escolares; Jardim de Infância de Queluz; Jardim de Infância do Pendão; Centro de Bem Estar Social de Queluz; Creche Jardim Infantil O Caracol; Escola do ensino básico 1 a 4 ano de escolaridade; Escola básica 1 n 2; Escola básica 1 n3; três escolas de ensino básico de 2 e 3 ciclos (5 a 9 ano de escolaridade); Escola E. B.2, 3 Professor Galopim de Carvalho (Pendão); Escola do 3 ciclo e secundária (7 a 12 ano de escolaridade); Escola Secundária Padre Alberto Neto.

1.6 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO BAIRRO

A localização de Queluz em Portugal:

País: Portugal

Conselho: Sintra

Tipo: Junta de Freguesia

Área total: 2,93km²

População em 2011: 26 248

Densidade: 8 958, 4/km²

Orago: São Pedro

2. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

Os serviços de ação social em Queluz desenvolvem papel fundamental para a população residente e não-residente no bairro.

Segundo as nossas pesquisas junto da população imigrante que frequenta o projeto Meg@ctivo, esses serviços são a base para poderem ter acesso aos seus direitos e saberem dos seus deveres referente designadamente, à legalização, encaminhamento para os cursos técnicos e a formação profissionalizante.

2.1 MISSÃO DO MEGACTIVO

O projeto tem como missão intervir na integração social dos jovens, com o objetivo de promover o sucesso escolar, Combate a abstinência e o abandono escolar, promove a integração escolar, utilizando, nomeadamente, a informática e a participação comunitária dos jovens e dos seus familiares.

“Procura apoiar jovens enquanto pessoas ativas na construção da sua própria história e na história da sua comunidade. Ativas na procura de respostas para as suas questões, ativas na procura de recursos para concretizar os seus sonhos. Ativas na descoberta de si próprias, do que gostam e do que não gostam, do que sonham e do que receiam, na descoberta das suas capacidades e da sua própria vontade. Ativas na construção de pontes com os outros, iguais e diferentes de si, desvendando a descoberta da riqueza que se encontra na diversidade e na partilha do que cada um é.”

Fonte: (AGIL Plataforma otimizada para Internet Explorer 7+, Firefox, Safari e Google Chrome).

Na base desta missão o projeto não só contribui para a formação destes jovens, mas também para a plena integração social dos mesmo e dos seus familiares.

2.2 POPULAÇÃO ALVO

O Meg@ctivo atende um grupo diversificado de Jovens entre os 11 e os 18 anos: filhos de imigrantes africanos, jovens da comunidade cigana; outras famílias portuguesas de baixos recursos sócio-económicos.

2.3 Apoios concedidos no âmbito de Ação Social no Bairro de Queluz

A Freguesia de Queluz tem uma cobertura completa de rede escolar até ao final do ensino secundário (12^a ano de escolaridade), incluindo o ensino técnico - profissional, instituições públicas e privadas.

As privadas (infantários, OTL- ocupação de tempos livres, escola do ensino básico de 1^a e 2^a ciclo (1^a/ 4^a e 5^a/6^a ano de escolaridade); escola técnico - profissional (10^a e 12^a ano de escolaridade), e Universidade.

As instituições públicas e IPPS (instituição particular de solidariedade social) o bairro de Queluz conta com seguintes escolas; escolas de ensino básico (1^a a 4^a ano de escolaridade); Escola de ensino básico do 2^a e 3^o ciclos (5^a a 9^a ano de escolaridade); Escolas do 3^a Ciclo e secundária (7^a a 12^a ano de escolaridade) e outras Instituições (APDJ) Associação para a promoção do desenvolvimento juvenil.

Instituições culturais: palácios, bibliotecas, escolas de música, hotéis e pousadas.

Instituições de saúde: unidade médica (pública e privada); unidades auxiliares de diagnóstico (2 privadas); centros de recuperação física (3 privados); unidades de enfermagem (1 pública e 3 privadas) e unidades farmacêuticas (privadas 7).

Instituições desportivas: existem cinco instituições desportivas que são: Clube Atlético de Queluz; Ginásio clube de Queluz; Real Sport Clube; Clube de basket de Queluz- Escola de basket de Queluz;

Casa “Os Belenenses”,a escola de futebol Real Sport Clube.

Instituições sociais

Existem na freguesia de Queluz diversas instituições sociais, as quais compõem juntamente com a Junta de Freguesia de Queluz e outras, a rede social de Queluz: Centro de Bem-Estar Social de Queluz; Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição; Santa Casa da Misericórdia; Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Queluz; Cruz Vermelha Portuguesa (delegação de Queluz); Associação de Escuteiros de Portuga - Grupo 2; CERCITOP, CRL, Cooperativa de Solidariedade Social

Em Queluz existem também dois lares para idosos, privados, que albergam pessoas residentes e não residentes na freguesia, ainda a freguesia conta com a associação humanitária de bombeiros voluntários, com o seu quartel devidamente apetrechado.

Instituições religiosas

Sendo a população local maioritariamente católica, segundo os dados da junta freguesia de Queluz existem cinco templos religiosos: Igreja Católica Apostólica Romana; Igreja Evangélica Assembleia de Deus; Igreja Evangélica Baptista; Igreja do Nazareno; Salão do Reino das Testemunhas de Jeová.

Instituições Ambientalistas

Para além da Associação OLHO VIVO (associação para defesa ambiente e direitos humanos), existem outras associações: associação de jovens ambientalistas - KID carcaça; Associação Pinheiro Bravo.

Outras instituições

A freguesia de Queluz, tendo em contas as diversas instituições privadas e públicas necessárias de que dispõe para o normal funcionamento político, administrativo e de cidadania da população, é quase autosuficiente em relação à satisfação das suas necessidades, com a exceção de um hospital o qual se encontra a 2 km de distância, no concelho da Amadora.

Instituições cívicas

No que se refere às instituições cívicas, dispõe de: Gabinete de Apoio ao Município; Associação Humanitária dos Bombeiros voluntários de Queluz; Estação dos correios; Repartição de finanças; Cartório notarial; Conservatória do Registro Civil.

Instituições de segurança e militares:

Existem as seguintes instituições de segurança e militares: Polícia de Segurança Pública; Escola Prática da Guarda Nacional Republicana o Regimento de Artilharia Anti - aérea (Exército).

2.4 Destinatários e Beneficiários

Os projectos abrangem destinatários e beneficiários, que são as crianças e jovens entre os 6 e 18 anos, provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, nomeadamente; descendentes de imigrantes e minorias étnicas, sendo prioritários:

- a) Jovens com abandono escolar precoce;
- b) Jovens sem escolaridade obrigatória;
- c) Jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas tutelares educativas e ou medidas de promoção e protecção;
- d) Crianças e jovens residentes em territórios com maior índice de exclusão e com poucas respostas institucionais.

O projecto conta com 50 destinatário, dentre eles 30 são descendentes dos imigrantes e 5 de minorias étnicas. No total dos 70 beneficiários 49 são descendentes de imigrantes

Destinatários

Os 50 destinatários de projecto Meg@ctivo abrangem os públicos directos do projecto, nomeadamente, aqueles nos quais se verifica uma maior incidência dos riscos de exclusão social.

O projecto também, em caso excepcional, atende jovens dos 19 aos 24 anos que reúnem as seguintes condições: qualquer jovem dos 19 aos 24 anos apenas no âmbito da formação profissional e empregabilidade correspondente a Medida II; qualquer jovem que tenha 18 anos a data de início do projecto no âmbito de qualquer medida; jovens que estivessem a ser abrangidos anteriormente no âmbito da 3ª Geração do Programa Escolhas no âmbito de qualquer medida.

Beneficiários

Os beneficiários segundo o Programa Escolhas, abrangem como públicos indirectos, nomeadamente, aqueles que, por estarem expostos a riscos mais reduzidos, não são alvo de um acompanhamento tão continuado e individualizado. São ainda considerados os potenciais beneficiários os familiares das crianças e jovens, a fim de co-responsabilizá-los no processo de desenvolvimento.

2.5 A Problemática da População Alvo

Enquadramento Geral da Problemática

O projecto Meg@ctivo realiza a sua intervenção nos Bairros do Pendão e Pego Longo, situados nas Freguesias de Queluz e Belas, caracterizadas por fortes problemáticas sócio-económicas, nomeadamente, níveis do desemprego e trabalho precário, insucesso, absentismo e abandono escolar precoce, conflitos étnico - culturais e prática de actos ilícitos

“Abandono Escolar / Desocupação, Absentismo Escolar, Insucesso Escolar, Prática de facto qualificada como crime. Negligência parental, Situação Irregular ao nível de Imigração, Carências sócio-económicas e Desemprego

Causas prováveis: insucesso / absentismo escolar; problemas de comportamento, aprendizagem e/ou emocionais; dificuldades de aprendizagem da Língua Portuguesa (filhos de imigrantes); situação Irregular ao nível da imigração; negligência parental; dificuldade dos encarregados de educação em acompanharem a vida escolar dos jovens; problemas sócio-económicos.

Grupo de população mais afectados são: jovens entre os 11 e os 18 anos, filhos de imigrantes africanos, jovens da comunidade cigana; famílias portuguesas de baixos recursos sócio-económicos. jovens entre os 11 e os 18 anos. filhos de imigrantes africanos,; jovens da comunidade cigana; outras famílias portuguesas de baixos recursos sócio-económicos.

Recursos Disponíveis

GIP (Gabinete de Inserção Profissional) da Associação Olho Vivo, Projecto Meg@ctivo.

Necessidades Identificadas pelo projecto Meg@ctivo: integração em respostas educativas adequadas às problemáticas identificadas; desenvolvimento de competências pessoais e sociais; regularização de imigrantes; ações orientadas para o combate à negligência parental e ao apoio socio-económico em articulação institucional: facilitação da comunicação entre encarregados de educação e directores de turma.

Fontes de verificação: CPCJ 2008: Em 175 processos da Freg. de Queluz e Belas, 36 em abandono escolar, 21 em Queluz e 15 em Belas. Dados DGRS 2008 Sintra: Em 92 Processos, 46 Desocupados. DGRS – Equipa Tutelar 2, Abril de 2008: 92 jovens do Concelho de Sintra, foram acompanhados em Medidas Tutelares Educativas, 19 na freguesia de Queluz e 5 na Freguesia de Belas.

2.6 Recursos

O projecto Meg@ctivo conta com recursos humanos e materiais, que seguidamente se referem.

Recursos humanos

A Equipa do projecto Meg@ctivo está composto por:

1 Coordenadora Raquel Bispo

1 Munitor CID Archer Roda

1 Dinamizador Comunitário Tiago Valente

Técnicos/as:

Monica Teixeira- apoio psicológico

Bruno Afonso – treino de competências sociais e emocionais e desporto

Tiago Justino – Oficina de artes-teatro

Rita melo – Megaproduções

Solange Tchuda- Megaprojectos

Recursos materiais

Conta com 5 salas, 2 casas de banho 1 sala de convívio, computadores, impressoras playstesion, aparelhos de som, etc.....

3. DINÁMICAS MIGRATÓRIAS E PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

3.1 Enquadramento da política de imigração

Apesar do número de imigrantes ter começado a aumentar progressivamente a partir da descolonização, a imigração foi ignorada durante décadas pelos sucessivos governos e não suscitou debates na Assembleia da República.

Não podemos esquecer, contudo, que logo após o 25 de Abril a imigração começou a ser construída politicamente com a distinção jurídica entre os portugueses retornados e os estrangeiros imigrantes.

A imigração e os imigrantes eram realidades ignoradas pelos governos, que não apareciam nos programas de governo nem suscitavam a adopção de políticas públicas que lhe fossem dirigidas.

A pressão, incluindo parlamentar, no sentido de que a imigração fosse considerada como uma questão a gerir politicamente teve reflexos reduzidos. A regularização extraordinária de 1992¹ teve um impacto limitado.

Depois de alguma medidas isoladas com relevância para a imigração, mas que não assumia frontalmente esta realidade, como foi a criação do *Secretariado Entreculturas*²

¹ *Decreto-Lei n°212//92, 12 de Outubro de 1992*, que segundo Machado (2002:400), se saldou em 25.000 pedidos de residência

e o facto dos *'PER-Planos Especiais de Realojamento* terem permitido o acesso à habitação no quadro da política de erradicação de barracas aos imigrantes e não apenas aos nacionais só depois das eleições de 1995, é que o governo assumiu a necessidade de definir políticas públicas em matéria de imigração que apareceu, pela primeira vez no Programa de Governo.

Como referiram Marques, M. M e Santos, R. (1999), os poderes públicos reconheceram essa necessidade, criando em 1995 um Alto Comissário para a Imigração e as Minorias étnicas, “*assim reconhecendo, de facto, o que até então tinha sido relegado para a categoria de «realidade virtual»*”. (“Prefácio” in Portes, Alejandro, *Migrações Internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*, Oeiras Celta).

Diversos fatores contribuíram para que assim sucedesse, uns de natureza europeia como o Acordo de Schengen e o Acordo de Aplicação dos Acordos de Schengen, e as preocupações de controlo das fronteiras externas, que levou inclusive, por volta de 1995 ao triunfo da conceção da imigração zero, e outros de natureza interna.

O crescimento das comunidades imigrantes, o aparecimento de uma primeira geração de líderes de associações de imigrantes, e de outras associações, designadamente anti-racistas, que trabalhavam com imigrantes¹, como o Olho Vivo, as posições assumidas por estas, bem como pela Igreja Católica, as Centrais Sindicais e forças políticas com destaque para o PS, que se opunham à política de imigração zero e defendiam uma nova e mais alargada legalização de imigrantes em situação irregular, estiveram na origem da política de imigração desenvolvida a partir de 1996.

Esta política ativa de integração traduziu-se desde logo, para além da criação do ACIME, na legalização extraordinária dos imigrantes em situação irregular de 1996 e no princípio de reconhecimento de direitos sociais a todos os “*residentes legais*”, incluindo os imigrantes e não apenas aos cidadãos nacionais., como foi o caso do Rendimento Mínimo Garantido³, então criado.

² *Despacho Normativo n.º 63/91, de 13 de março*, que permitiu a criação de Programas de Educação Multicultural/ Entre culturas, que visavam a promoção de igual acesso à educação entre crianças migrantes.

³ Lei n.º 19-A/96 de , de 29 de julho.

A criação do COCAI (Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração)⁴ e posteriormente a criação especial destinada a regular os direitos das associações de imigrantes⁵ foram passos significativos da política da institucionalização da política de imigração então prosseguida.

A nova lei do trabalho de estrangeiros⁶ eliminou as discriminações quantitativas na contratação de trabalhadores estrangeiros, passando qualquer empregador a contratar livremente qualquer trabalhador legalmente residente em Portugal.

A não contratação de um trabalhador em razão da sua nacionalidade veio, aliás, a ser considerada como uma forma de discriminação racial pela legislação pela contra a igualdade e contra discriminação racial.⁷

A referida legislação criou a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), na qual participam, nomeadamente, dois representantes de associações de imigrantes, das organizações antirracistas, onde o Olho Vivo, logrou incluir-se e das organizações defensoras dos direitos humanos.

A regulamentação da participação dos estrangeiros nas eleições locais⁸ na base da reciprocidade foi outra peça da legislação adotada visando promover a integração pela cidadania, no quadro das possibilidades de participação política dos estrangeiros permitidas pela Constituição da República Portuguesa (CRP).

A existência de desigualdades injustificáveis entre nacionais e estrangeiros manifestava-se também na área do acesso à saúde no quadro do Serviço Nacional de Saúde, pelo que veio a ser editada legislação⁹ no sentido de clarificar que os imigrantes que residiam legalmente em Portugal tinham direito ao acesso em igualdade de tratamento aos beneficiários nacionais do Serviço Nacional de Saúde, e regular, mais limitadas, o acesso dos imigrantes em situação irregular.

⁴ Decreto-Lei n.º 39/98, de 27 de fevereiro.

⁵ Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, que veio a ser regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de Maio.

⁶ Decreto-Lei n.º 97/77, de 17 de março.

⁷ Lei n.º 134/99, de 28 de agosto, que veio a ser regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 111/2000, de 4 de julho.

⁸ Lei n.º 9/95, de 7 de abril.

⁹ Despacho n.º 2536/2001 (2.ª série)

A nova legislação sobre entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros¹⁰ criou a figura de titular de autorização de permanência, que criou dúvidas sobre se a tendência que se vinha a verificar na legislação para uma equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros, e simultaneamente permitiu, de forma algo inesperada, o maior processo de legalização de estrangeiros até agora verificado em Portugal, não assumido como tal.

A ideia da integração pela cidadania teve outro afloramento significativo neste período no Plano Nacional Ação para a Inclusão (2001-2006) que afirmava pretender “ A consagração do conceito de cidadania social extensível a todas as pessoas legalmente residentes em Portugal, que postula o direito ao trabalho e a um rendimento mínimo, mas também o exercício de direitos cívicos, à cultura, à educação, à habitação condigna e à participação na vida social e cultural, em suma a uma plena inserção na vida em sociedade”.

A este período que termina em 2002, seguiram-se reformulações das políticas de integração seguidas, a alocação de meios financeiros muito significativos para a sua implementação, reformulações do ACIME, que de Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas passa a Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas a ser designado por Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, como vamos referir, mas que não puseram em causa as linhas fundamentais das políticas de integração dos imigrantes.

Os PIIs (Planos para a Integração dos Imigrantes) e a nova Lei da Nacionalidade (Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril), que alargou as possibilidades de adquirir a nacionalidade portuguesa por parte dos imigrantes, irão ser os novos marcos de uma política de integração que se aprofunda na linha de facilitação do acesso à cidadania portuguesa.

3.2 Os modelos de integração seguidos

As políticas públicas seguidas em matéria de integração dos imigrantes durante todo o período posterior ao advento da democracia, começaram por surgir de forma não

¹⁰ Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de janeiro.

assumida, mas seja, como for, é possível identificar, pelo menos a partir de 1990, traços que marcam as diferentes inspirações e os modelos que foram seguidos.

Depois de uma primeira fase de desconsideração da importância da imigração, marcado apenas pela dificultação do acesso dos cidadãos das ex-colónias à nacionalidade portuguesa e pela progressiva reorganização dos serviços policiais de fronteiras, a imigração e a integração dos imigrantes vão-se impondo progressivamente como áreas que é necessário regular.

A segunda fase, que vai de 1990- 1994 é marcadamente assimilacionista.

A imigração começa a impor-se como uma realidade incontornável na agenda política, o que segundo Machado 2002 e Beja Horta 2004 se deveu a diversos fatores, a saber, a pressão internacional para uma harmonização das políticas de imigração no espaço europeu a partir do Acordo de Schengen : a consolidação das comunidades imigrantes; a politização da etnicidade e/ou dos movimentos associativos de imigrantes: a emergência de grupos de pressão e mobilização de associações não-governamentais. Estamos, contudo, longe de um assumir da necessidade de uma intervenção política transversal e coerente.

Neste período, a preocupação dos governantes portugueses começa a direcionar-se para as questões relacionadas com a imigração e para a necessidade da promulgação de diplomas normativos, tais como: o regime de entrada e permanência de cidadãos dos Estados membros da Comunidade Europeia (DL nº 60/93, de 3 de março); o regime de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território português (DL nº 59/93, de 3 de março).

Dentro desse contexto socio-político, o Estado português reconheceu e assumiu politicamente a realidade da imigração, tendo tomado um conjunto de medidas que visam a regularização de fluxos e a integração das comunidades migrantes. Neste período, decorreu um processo extraordinário de regularização dos imigrantes (Decreto-Lei nº 212/92, de 12 de outubro de 1992), que segundo Machado (2002:400), se saldou em 25.000 pedidos de residência, mas que ficou aquém das expectativas. Foi ainda nesta fase, ou mais concretamente em 1994 que aprovaram novas alterações à lei da nacionalidade (Decreto-Lei 25/94 de 14 de novembro) na sequência das introduzidas já anteriormente. (Decreto-Lei nº 322/82, de 12 de agosto), numa perspetiva de dificultar o acesso por parte dos imigrantes e dos seus filhos.

Outra medida governamental de grande importância foi a criação do Programa Especial de Realojamento (PER) (Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de maio de 1993). A erradicação dos bairros de “lata” e os programas de realojamento e renovação urbana tornaram-se instrumentos-chaves na política portuguesa. Estas medidas pretendiam melhorar as Condições de vida das populações de classe baixa, residentes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Foi alargado aos imigrantes, independentemente da nacionalidade (ver o quadro 19, Decreto-Lei nº 163/93).

A questão de imigração foi também encarada pela sociedade civil e pelo poder local.

O poder local, sobretudo as autarquias que possuem entre os seus municípios um número significativo de imigrantes e minorias étnicas, tem vindo a dedicar crescente atenção a estas populações.

Se na segunda fase, a imigração ganhou uma centralidade sem precedente na agenda política, não é menos verdade afirmar que a terceira fase da política de imigração foi Caracterizada por um esforço efetivo de integração de imigrantes e das minorias étnicas, na sociedade portuguesa. Esta fase começou em 1995 e durou até 2002.

Segundo Beja Horta (2004:12), este período tem sido caracterizado por uma mudança de abordagem integracionista/assimilacionista para um modelo mais pluralista. Este fato deve-se, essencialmente, à viragem da senda política portuguesa. Em 1995, o Partido Socialista (PS) alcançou o poder sob a liderança de António Guterres. Uma vez no poder,

O então Primeiro-ministro António Guterres, rapidamente implementou várias promessas eleitorais feitas em campanhas aos imigrantes.

Uma das primeiras medidas legislativas foi a implementação do segundo Processo de Regularização Extraordinária de Imigrantes (Lei 17/96, de 24 de Maio), no qual foram apresentados 31.117 requerimentos. Neste sentido, 29.809 estrangeiros viram a sua situação regularizada (Costa, 2004:65).

A quarta fase da política de imigração começou com o XV Governo constitucional, liderado por José Manuel Durão Barroso, que iniciou o seu mandato em Abril de 2002.

Em Junho, o então Ministro da Administração Interna, Figueiredo Lopes, critica o prolongamento das regularizações extraordinárias levado a cabo pelo anterior governo, defendendo o combate à imigração ilegal e o sistema de quotas rígidas para a entrada de imigrantes, apostando numa política que *“estabeleça o rigor na entrada e solidariedade no acolhimento e na integração dos imigrantes”* (Santos, 2004:123).

Este discurso oficial estava bem patente no Programa do Governo. O ponto 5 do capítulo IV “*Reforçar a Justiça Social. Garantir a Igualdade de Oportunidades*” é inteiramente dedicado à questão das minorias étnicas e imigração. Entende-se que a imigração é um fenómeno recente e que traz ao Estado novas responsabilidades. Não descarta os benefícios que a imigração pode acarretar, mas refere que a “ (...) *a política de imigração deve ser vista como estruturante e assumir um carácter transversal, de molde a prevenir potenciais conflitos que possam advir da integração dos estrangeiros residentes em território nacional. As ações a desenvolver devem articular os interesses das várias minorias étnicas, sociais e comunidades de imigrantes, com o todo nacional. O caminho deve ser a inclusão e não de exclusão ou marginalização. Considerando que os recursos nacionais são escassos não se pode adoptar uma política de portas abertas*” (Programa Político de XV Governo Constitucional, cit. in Oliveira, 2004:119). A questão de imigração foi também encarada pela sociedade Civil e pelo poder local. O poder local, sobretudo as autarquias que possuem entre os seus municípios um número significativo de imigrantes e minorias étnicas, tem vindo a dedicar crescente atenção a estas populações, criando, nalguns casos como o de Lisboa, conselhos municipais com a sua participação.

Uma quinta fase foi marcada pelos governos de José Sócrates, com os PIIs e com a nova Lei da Nacionalidade ,a que já nos referimos.

Como se refere na Resolução do Conselho de Ministros de n.º 63-A/2007, pretende-se concretizar ” *um plano global integrado e de largo espectro que sistematize os objectivos e compromissos sectoriais do Estado Português para acolher os que nos procuram* “.

Ainda é cedo para caracterizar de forma detalhada a sexta fase correspondendo ao Governo de Passos Coelho, mas às alterações à lei da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros visam dificultar a legalização dos imigrantes e facilitar o afastamento dos imigrantes em situação irregular e tomaram com principal pretexto a necessidade de proceder à transposição da Directiva Retorno.

3.3 A desigualdade social como variável do processo de integração

O processo de integração social dos emigrantes é sempre dificultado pelo fenómeno de desigualdade social, que pode ser marcada sociologicamente por motivos diversos.

Há fatores que facilitam a integração como, por exemplo, a existência de um quadro de tratamento bilateral de cooperação preferencial entre cidadãos dos estados cooperantes que facilita assim a integração.

A integração pode ser também marcada pela qualificação dos próprios imigrantes ou ausência dela, que contribui para atenuar ou acentuar a desigualdade e que se repercute por sua vez na questão de empregabilidade e no tipo de trabalho a que conseguem aceder.

Não podemos ignorar que o actual contexto de globalização coloca novas questões à análise das relações de classe.

Clarificando o posicionamento teórico e as possibilidades operatórias da actual sociologia das classes sociais e da estratificação, o artigo “Classes Sociais na Europa” (2000) procura proceder a um exame comparativo, no âmbito da União Europeia, de um conjunto seleccionado de indicadores de recomposição social, tendo como principal eixo de análise, o confronto entre parâmetros nacionais e globais de estruturação das relações de classe. Trata-se de uma investigação que procura integrar novos contributos Para as teorias das classes sociais de autores como Bourdieu, Marshall, Eder, Erikson e Goldthorpe, Esping-Andersen, Wright, Milner, Lee ou John Scott.

Em Estanque (2000), Entre a Fábrica e a Comunidade. Subjectividade e Práticas de Classe no Operariado de Calçado, o autor trabalha o conceito de identidade e subjectividade na análise das classes.

Ou seja, de que modo na formação da classe operária intervêm os processos comunitários e identitários.

Articulando estrutura de classes, industrialização e identidades culturais em mudança, Elísio Estanque contribui para os modos de relação entre lazer, classes sociais, processos produtivos e acção colectiva.

Casanova (2004) constrói um modelo para analisar naturezas sociais, ou seja, orientações naturalizadas nos indivíduos. Esse modelo assenta numa crítica e num desenvolvimento do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu. É proposto o conceito de orientações sociais, que se naturalizam em condições sociais de vida, demarcadas por

diferenças de escolaridade e de categorias socioprofissionais. As orientações sociais são constituintes de valores, representações e práticas sociais, que envolvem graus diversos de reflexividade social e de exercício da cidadania política.

A relação entre os imigrantes e a sociedade de acolhimento situa-se sempre num contexto histórico e institucional e inscreve-se na articulação entre dois tipos de poderes desiguais – o da sociedade e o da minoria que, em contexto sociopolítico, pode resultar num clima de indiferença, de solidariedade ou de conflito entre os interesses dos imigrantes e os interesses da sociedade de destino. O desenvolvimento das relações entre estes interesses impele-nos a refletir sobre o conjunto complexo de valores, atitudes e papéis relativos ao Estado, à ordem social e à nação.

Durante bastante tempo, os problemas da imigração em geral e, conseqüentemente, da adaptação dos imigrantes aos países de acolhimento foram abordados, encarados, estudados e resolvidos sob a perspetiva da sociedade recetora que, visando o seu equilíbrio e ordem económica e social, considerava a imigração como um meio ao qual se recorria conforme as necessidades sectoriais e temporárias da economia nacional (Ferreira, Rato, 2000). O Estado, associando a ideia da ordem e equilíbrio à necessidade da manutenção da unidade e homogeneidade da nação, regulava a vinda e permanência dos imigrantes, encorajando e alargando o seu recrutamento ou incentivando o regresso e restringindo a sua entrada (Soysal, 1994).

Segundo esta lógica, a integração era considerada um processo através do qual os imigrantes e os seus descendentes se adaptavam à sociedade de destino e que, necessariamente, implicava a assimilação dos valores, normas, regras, atitudes e comportamentos característicos dessa mesma sociedade de acolhimento (Berry, 1989)¹¹.

3.4. A interculturalidade como fator de integração social

A realidade social comporta diversos factores: demográficos, económicos, políticos, técnicos, ideológicos e culturais, todos eles sujeitos a múltiplas alterações. Para que estas alterações sejam progressivas, todas as sociedades precisam, permanentemente, de

¹¹ http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colec_Teses/tese_18.pdf

se adaptarem às mudanças que ocorrem no seu interior e exterior. Acompanhá-las significa não só orientar os indivíduos, as instituições e as práticas para uma transformação, como também modificar a forma de as encarar e de as pensar.

Para compreender a realidade social, cuja complexidade é evidente, somos obrigados a pensar os seus problemas e fenómenos em todas as suas dimensões em simultâneo, o que significa associar proposições aparentemente contraditórias sem as colocar em alternativa (Morin,1997). Clanet, na mesma linha de pensamento, considera que precisamos de passar das representações simples às complexas com carácter conflitual, contraditório e paradoxal (Clanet, citado por Carvalho, 2001).

Se a análise dos problemas da integração partir destes princípios, então será possível reconhecer duas dimensões da sociedade:

Na primeira, a sociedade é uma unidade. Isso significa que, para mantê-la unida, são precisas acções e políticas que protejam a identidade, fortaleçam a ordem e respeito pela norma, preservem a sua estrutura e neguem a autonomia, privilegiem os modelos sociais tradicionais e apelem à consciência nacional e à cidadania;

Na outra dimensão, a sociedade é caracterizada pela diversidade dos seus elementos constituintes, o que significa que para preservá-la, são precisos mecanismos que respeitem diferentes condutas, atitudes, comportamentos, acções, vontades e estratégias dos indivíduos determinados por essa diversidade.

É este contexto que a interculturalidade, comportando uma dimensão dialógica e permitindo viver a diferença sem segmentação social tem um papel estratégico no desenho das políticas públicas, que visam promover a integração, como se vê nos Planos de Integração dos Imigrantes, adotados em Portugal.

3.5. O papel chave da família na dinâmica da integração

A família objetiva sempre em qualquer país de acolhimento uma integração adequado dos filhos, fruto e razão principal da instituição, procurando sempre conciliar uma educação perfeita que passa normalmente pela escola.

Também não é menos verdade que, os imigrantes se mantêm fortemente ligados aos seus valores e aspirações, sendo de sublinhar, os que estão relacionados com a escola e

com o ensino em geral. As opiniões analisadas reflectem a importância que os pais atribuem à frequência de estudos superiores na definição dos percursos escolares dos filhos. Parece que a escola é considerada por eles como uma plataforma, um meio principal da mobilidade ascendente dos seus descendentes, não só social como económica, apesar da experiência migratória dos pais nem sempre ser um argumento a favor desta perspectiva.

É natural que as estratégias que desenvolvem, para tornar reais os projetos desejados para seus filhos, tenham raízes nos quadros de maior controlo sobre os processos da melhor integração destes no mundo escolar. De facto, as respostas evidenciaram que os imigrantes sentem necessidade de modificar e reorganizar parcialmente as suas estratégias face à integração escolar, procurando, por um lado, que elas sejam complementares ao ensino português, preenchendo as lacunas que a escola portuguesa abre, e por outro, que sejam compatíveis com as limitações óbvias do domínio da língua portuguesa, que os pais normalmente têm.

Uma vez que o nível de conhecimento de português é inadequado ao nível de ajuda requerido, ou seja, como não possuem requisitos necessários para ajudar os filhos, optam por recorrer à língua, a métodos, técnicas e estilos de ensino dos seus países de origem.

As estratégias familiares, tendo como objectivo o prolongamento de estudos e o seu maior sucesso, concentram-se em proporcionar uma ajuda adequada à integração, que implica a criação de diferentes formas de apoio académico, para que, através dessa ajuda e graças a esse apoio, os seus filhos possam ir incluindo, na sua própria aprendizagem, não só uma quantidade complementar do conhecimento, como também desfrutar das vantagens de formas, métodos e técnicas de aprendizagem tradicionalmente usados nos seus países de origem.

Pôr a questão da ajuda em termos de criação de mecanismos de apoio a partir de formas de ensino do país de origem, visa não só objetivos educacionais, como é também uma tentativa de preservar uma estrutura fundamental das suas sociedades – que é o ensino.

Estes mecanismos de apoio são ministrados através de duas formas diferentes: uma das formas é a de uma instrução directa em casa, que estabelece uma rotina de estudo na língua de origem, semelhante e correspondente ao ensino regular em português, através

do apoio de manuais e organizando o ensino conforme os métodos tradicionais do seu país. 139¹²..

4. RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS AO LONGO DO ESTÁGIO E A DESCRIÇÃO DAS MESMAS.

A realização deste estágio curricular no Meg@ctivo, foi de extrema importância na consolidação de conhecimentos e conceitos adquiridos no longo do curso de Mestrado em Sociologia: com área de especialidade em políticas públicas e desigualdade social.

Pudemos desenvolver, durante um período de oito meses, um conjunto de tarefas diversificadas, tarefas essas que permitiram a apreensão de inúmeros conhecimentos em diversas áreas. Estiveram, no essencial, relacionadas com os apoios escolares, oficinas de arte, jogos lúdicos e pedagógicos e acompanhamento domiciliário aos familiares das crianças e jovens abrangidos pelo projeto.

Para iniciar o estágio foi necessário realizar pesquisa documental, a fim de conhecer, compreender, interpretar e analisar o processo de trabalho desenvolvido no projecto Megactivo, a onde se decorreu o próprio estágio.

4.1- Pesquisa documental

Após início do estágio no Megactivo foi necessária realização de pesquisa documental que permitiu um enquadramento genérico do projecto, das actividades e das acções desenvolvidas neste quadro.

O estágio foi iniciado com a consulta de documentação, Em primeiro lugar, era imprescindível conhecer o Regulamento do projecto.

Em segundo lugar, era necessário conhecer os normativos utilizados na análise dos processos de inscrição no projecto. Sendo assim foi necessário uma consulta as Regras Técnicas para Inscrição. Ainda no que respeita à organização institucional foram consultados, entre outro, vários documentos como as fichas de inscrição, fichas de

¹² http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colec_Teses/tese_18.pdf

sinalização, projecto de candidatura do que visa ao reforço do incentivo ao empreendedorismo dos imigrantes Megactivo de 3 e a 4 geração.

Para compreender os fundamentos do projecto Meg@ctivo foi necessário recorrer ao Programa Escolhas que é a entidade financiadora do projecto, à legislação correspondente especialmente, o (PII). Além disso a estagiaria consultou ainda outros documentos que considera relevantes para colher dados referentes ao funcionamento do projecto entre os quais o (os projectos da associação OLHO VIVO, que é a entidade promotora e gestora do projecto) e varias legislações relacionados com projeto.

4.2 Descrição dos acompanhamentos as famílias

A visita domiciliária

Como foi mencionado anteriormente, o profissional que atua na área social tem como um dos objetivos averiguar a situação socioeconómica dos familiares dos jovens. As visitas domiciliárias realizadas pela estagiária tinham como objetivo conhecer, compreender, interpretar e explicar sobre a situações socio-económicas dos jovens e dos seus familiares, a fim de poder auxiliar –los nas informações relevantes para superar as situações de vulnerabilidade em que se encontram.

Esta tarefa permitiu-me colocar em prática todos os meus conhecimentos adquiridos sobre o processo de trabalho, esclarecendo algumas dúvidas colocadas pelos jovens e seus familiares, no que respeita a este assunto. Neste local participei integralmente na dinâmica do Megâctivo, tomando conhecimento prático com os diversos serviços prestados.

O atendimento efectuado incidiu, essencialmente, em responder aos pedidos de esclarecimento sobre as situações relacionadas com os seguintes assuntos:

Com os processos de candidatura aos benefícios sociais (preenchimento do formulário on line e recepção de documentação);

Pedidos de prestações complementares.

Neste sentido, a visita domiciliária é extremamente importante, pois a partir delas podemos ter a percepção de pormenores que sem elas não tínhamos acesso. Estar no terreno é prescindir dos conceitos e preconceitos, é sair do escritório, pois obriga-nos a

enfrentar “*discussões*”, fragilidade, curiosidade, enfim, todos os sentimentos provocados no momento do procedimento.

4.3 Apresentação de apoio escolar

Esta actividade tinha como objectivo contribuir com o aumento de sucesso escolar dos jovens entre os 10 e os 18 anos de idade, que frequentam o 2º e 3º ciclos do ensino básico e o ensino secundário, residentes nas freguesias de Queluz e Belas, prioritariamente, dos bairros do Pendão e Pêgo Longo, destinatários e beneficiários do projecto Meg@ctivo.

Como referido anteriormente, uma das funções da estagiária é contribuir com o sucesso escolar dos jovens através de uma das actividades que é o apoio escolar. Durante o período de estágio a estagiária privilegiou esta atividade.

Acompanhando o histórico escolar dos mesmos através dos documentos que o projecto possui com o apoio da escola, que é um dos parceiros que fazem parte do consórcio do projecto. A partir deste diagnóstico de cada um dos jovens, possibilitou-me a elaboração de plano colectivo e individual de actividades para desenvolver com eles. No final realizamos uma análise dos jovens sobre o sucesso escolar. A estagiária acompanhou como foi ao longo do período de estágio os avanços atingidos pelos jovens. Através da observação percebeu-se que alguns dos jovens precisavam de acompanhamento especial.

Para participar nos apoios escolares colaborei na organização da biblioteca do Meg@ctivo, organizando os livros, os lápis, as canetas e os cadernos produzidos pelos jovens) (separando os livros por ano de escolaridade dos jovens.

4.4 Descrição das oficinas de arte dirigidas

Esta actividade tinha como objectivo desenvolver competências pessoais e sociais, facilitadoras ao relacionamento intercultural e inter-étnico, dos jovens entre os 6 e os 18

anos, residentes nas freguesias de Queluz e Belas, prioritariamente dos bairros do Pendão e Pêgo Longo, destinatários/beneficiários do projecto Meg@ctivo e a comunidade local e promover estilos de vida saudáveis e estimular a troca de experiências culturais.

A colaboração nas oficinas de artes do projecto Meg@ctivo o grupo da Música e Dança, pelo qual coordeno, foi de extrema importância, de poder conviver e trocar experiências com um grupo, visando sempre o diálogo intercultural entre eles, e valorizando as suas competências pessoais e sociais. Esta colaboração requereu da estagiária uma boa organização e um envolvimento participativo, para que se possa contribuir nesse processo.

Desta forma tive oportunidade de colaborar nesta actividade e aperceber-me da real importância de manter uma boa relação com o grupo. Nessa actividade permitiu-me perceber a importância da interculturalidade, uma troca de várias experiências culturais, sociais e simbólicas dos jovens envolvidos.

O projecto Megactivo, conta com programa de avaliação dos jovens e está avaliação contribui para acessar qualquer informação sobre os jovens beneficiários e os destinatários.

4.5 Jogos lúdico e pedagógicos

Estas actividades tinham como objetivo desenvolver competências pessoais e sociais, facilitadoras do relacionamento intercultural e inter-étnico, dos jovens entre os 6 e os 18 anos, residentes nas freguesias de Queluz e Belas, prioritariamente dos bairros do Pendão e Pêgo Longo, destinatários/beneficiários do projecto Meg@ctivo e a comunidade local e promover estilos de vida saudáveis.

Nessa actividade podemos perceber uma convivência sadia entre os jovens, visando sempre o espírito da equipa, respeito pelo outro, a solidariedade e a diversão.

4.6 Participação nos eventos do Meg@ctivo

No decorrer do estágio, a estagiária teve a oportunidade de participar em vários eventos promovidos pelo projeto e pelos parceiros do consórcio. Realizou-se o evento organizado pela Câmara Municipal de Sintra, pela PSP e outros eventos internos na qual a estagiária participou, acompanhando o grupo de Dança, tendo como finalidade coordenar e dar informação, orientação para o desenvolvimento da apresentação.

Também participei na organização do espaço para o melhor conforto.

4.7-Participação no processo de avaliação das actividades desenvolvidas

O Meg@ctivo conta com processo de avaliação do projecto através da assembleia dos jovens, que é um espaço que permite aos jovens darem as suas sugestões e decidirem sobre o que querem ou não no projeto, por exemplo, decidirem sobre as actividades que devem continuar, onde deve ser investido o dinheiro arrecadado nas vendas dos materiais produzidos no megaproduções, os horários favoráveis para os mesmos e as saídas que pretendem realizar durante os períodos de férias. A estagiária teve oportunidade de participar numa reunião de assembleia dos jovens, perceber a importância dos jovens decidirem sobre o que querem ou não nas actividades em geral.

Para que a avaliação seja bem sucedida, deve haver um acompanhamento do avaliado, pelo avaliador no sentido de corrigir alguns procedimentos que possam colocar em causa o cumprimento ou a não superação dos objetivos.

Na realização desta actividade a estagiária adquiriu novas competências, designadamente no processo de reflexão, acção, reflexão, passando a dominar melhor o processo de avaliação.

O atendimento aos jovens requer muita responsabilidade, tendo em conta que uma informação mal prestada pode colocar em causa o bom funcionamento do serviço.

4.8-Participação na reunião da equipa do Meg@ctivo na actividade que visa ao reforço do incentivo ao empreendedorismo dos imigrantes

Foi uma das actividades que a estagiária não conseguiu executar devido os dias em que a equipa reúne.

Tendo em consideração que o Meg@ctivo tem como objectivo garantir uma intervenção que permita não só uma melhor condição de vida e conhecimento da realidade social dos jovens, mas também uma interacção a nível da instituição e do indivíduo. É importante ajudar os membros da família dos jovens a desenvolverem competências para que sejam capazes de o auxiliar na integração no meio envolvente.

4.9 -Outras tarefas desenvolvidas

Ao longo do estágio tive oportunidade de desenvolver várias tarefas, a pedido da orientadora do campo de estágio por minha iniciativa, e acompanhar a execução de algumas tarefas.

A função da estagiária consistiu, por exemplo, em orientar e supervisionar as crianças na biblioteca. A atividade realizada nesse dia pretendia que a partir das leituras do livro *o Príncipezinho* de Saint Exupery, incentivar as crianças a estabelecer um contacto mais próximo com o livro, levando-as progressivamente a adquirir conhecimentos relativos a diversas áreas. (sobre direitos das crianças. Segundo BASTOS G.(1999:), “*ao situar o ouvinte num tempo e espaço fora da realidade, o conto proporciona uma oportunidade para a criança compreender o mundo que a rodeia*”.

Nesta tarefa assumimos um papel ativo, pelo facto de nos encontrarmos em contacto direto com as crianças que assumem o papel de actores sociais, movimentando-nos no seu contexto frequentemente e de forma desenvolvida.

*Além disso, pôde participar na realização de acção formação/Work Pepar intitulado **Crianças têm direitos: Prevenção, dos maus tratos na infância.***

Para a realização destas actividades foram fornecidas informações e pesquisas relativos ao tema que se iria desenvolver.

A função da estagiária consistiu em coordenar e avaliar os jogos desenvolvidos entre os grupos dos jovens, que posteriormente seriam apresentados. Esta atividade foi muito gratificante, a medida que deu a conhecer à estagiária os critérios utilizados para avaliar os jovens, por exemplo, trabalho em equipa, respeito mútuo e respeito pela diferença, e ainda perceber as suas ansiedades e consequentemente identificar as técnicas que contribuem para o seu equilíbrio.

Por último, foi igualmente seguir a mesma estratégia, com objectivo de ajudar os jovens a construir uma opinião sólida sobre a actividade desenvolvida.

Esta iniciativa foi bastante importante, visto que houve uma maior interação direta com o público-alvo.

Durante estas sessões foram fornecidas folhetos de avaliação da sessão e sugestões para sessões futuras.

Nesta atividade, a estagiária não teve a possibilidade de ter uma voz ativa, esteve limitada a observar.

Foi uma iniciativa bem preparada e séria, por isso foi importante no decorrer do estágio. De igual modo, a estagiária prestou também a sua colaboração no Sector dos Recursos Humanos, colaborando assim, na organização dos processos de organização das actividades e do pessoal envolvido.

5. REFLEXÃO CRÍTICA DAS ACTIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO

No que diz respeito às actividades anteriormente referidas, estas foram sempre bem executadas, apesar de inicialmente a estagiária sentir algum receio, insegurança, nervosismo, ansiedade, angústia, acanhamento, timidez, dúvidas sobre como devia actuar perante várias situações, graças aos meios/recursos técnicos, e humanos disponibilizados.

A limitação temporal do próprio período de estágio, a duração de apenas onze meses, pode, em alguns casos, ser considerada curta para uma tarefa tão complexa como a percepção das actividades globais do projecto, mas, apesar disso, conseguimos atingir os objetivos pretendidos.

Um dos principais objectivos deste estágio no Meg@ctivo, foi promover o contacto com a forma como são implementadas políticas públicas, a política de imigração e os projectos desenvolvidos para integrar os imigrantes na sociedade portuguesa.

Sendo assim o profissional deve centrar-se no acompanhamento do grupo mas também na particularidade e na singularidade de cada jovem/família, proporcionando a cada um condições necessárias para o seu sucesso escolar e social. Trata-se de um trabalho de promoção de competências pessoais e sociais que deve iniciar-se desde a entrada na instituição até saída desta.

De forma integrada, o trabalho social tende a tornar-se numa das principais áreas estratégias, tendo em conta a relevância do público - alvo.

As tarefas delineadas foram todas realizadas com muito gosto e força de vontade. O resultado positivo alcançado é, consequência desta postura (e não só), isto porque, a estagiária não teve grandes entraves que a impossibilitassem de as desempenhar.

É de referir as actividades articuladas no programa de estágio contribuíram, sem dúvida, para a elaboração deste relatório.

No que se refere as tutorias supervisionais foi solicitado um plano de ação, o diário de campo, bem como a organização do dossier do estágio. Sendo assim, esta dinamização acerca da planificação levou-me a reflectir sobre o facto de podermos planificar as actividades de diferentes formas, tendo em conta o contexto do estágio e a população-alvo.

Para finalizar, depois de ter realizado o estágio curricular no Meg@ctivo, posso dizer que adquiri um conhecimento significativo do respectivo funcionamento e um leque variado de conhecimentos inerentes às outras áreas.

5.1.Avaliação da satisfação dos jovens.

Tendo em consideração que o Meg@ctivo tem como objetivo garantir uma intervenção que permita não só melhores condições de vida e conhecimento da realidade social dos jovens, mas também uma interacção a nível da instituição e do indivíduo. Nessa intervenção, o projecto prima para dar apoio aos membros da família dos jovens para desenvolverem competências para que sejam capazes de o auxiliar na integração no meio envolvente.

Para um levantamento de dificuldades e de necessidades dos jovens que frequentam o projecto, foi realizado um questionário que tinha como objectivo conhecer o grau de satisfação dos alunos relativamente ao projecto. (ver Anexo V).

Foi, sem dúvida, uma das atividades que a estagiária teve uma certa dificuldade na sua realização tendo em consideração a exigência de conhecimento no que respeita análise de dados e estatística. Não obstante, este problema foi ultrapassado com o avançar do tempo.

Para a realização desta atividade teve-se que ter em conta a sua divulgação. Deste modo, a função da estagiária contribui para fazer chegar ao conhecimento dos alunos e dos familiares informações relevantes que possam ser úteis para a integração dos mesmos

Depois de recolhidos, os questionários foram contabilizados e verificados pela estagiária, no sentido de verificar se todos estavam preenchidos correctamente e seguidamente o tratamento dos dados. Estes questionários foram realizados entre 27 de Novembro 2011 a Setembro 2012. Desta forma grande parte dos entrevistados tiveram oportunidade de avaliar os serviços prestados pelo projecto.

Foram definidos uma escala qualitativa de nada satisfatória e Muito bom, conforme se indica: *Nada Satisfeito (ND)*, *pouco satisfeito (P s)*, *Satisfeito (S)*, *Bom (B)* e *Muito Bom (MB)*.

No entanto, numa amostra de 50 inquiridos, 50% dos jovens mostraram-se satisfeitos com os serviços prestados pelo projeto, sendo que 15% se mostraram insatisfeitos com os serviços prestados.

5.2.Avaliação do grau de satisfação dos pais relativamente aos serviços prestados para com os seus filhos no projeto.

Qual e o nível e grau de satisfação dos pais?

(Essa atividade não foi realizada)

No âmbito das avaliações, foram elaborados inquéritos de avaliação da satisfação dirigida ao projeto.

Estes tinham como objectivo avaliar o grau da satisfação dos pais relativo aos serviços prestados pelos mesmos para com os filhos (ver Anexo VI).

Para realização deste estudo foram inqueridos vinte e cinco pais encarregado de educação dos filhos frequentadores da instituição, nos quais só vinte colaboraram.

A função da estagiária constitui a entregar os inquéritos aos pais directamente, no sentido de recolher dados suficientes, isto é, era importante ter pelo menos trinta inquéritos preenchidos pelos pais. Estas tarefas foram extremamente importantes porque possibilitaram o conhecimento do modo a realização de tratamento de dados.

5.3.Arquivo de documentos

Como qualquer instituição organizada, o projecto Meg@ctivo faz o arquivo de todos os documentos dos jovens, desde a ficha de sinalização, a ficha de inscrição, termos de responsabilidades e termos de consentimento, autorização dos pais para as saídas que os jovens realizam no projecto e as fichas de avaliação dos jovens. Os documentos são arquivados nas pastas devidamente identificadas com nome, por ordem alfabética, nome do documento e o ano lectivo.

No entanto, há que considerar que arquivar não é apenas juntar e acumular uma série de “*papéis*”. É preciso seguir um sistema através do nome do aluno, escola, ano, curso a frequentar e conteúdo em estudo. Foi interessante na medida em que se ficou a saber quais as melhores forma de arquivar um processo e que tipo de documentos nele inerentes.

5.4.Actividade planificada e não realizada

Tendo em conta os processos de trabalhos desenvolvidos no projeto pela estagiária não foi possível realizar a caracterização do perfil da população que procura o Meg@ctivo. Isso exigiria tempo para criação de um banco de dados com 100 questionários a partir das fichas de inscrição de 2010 a 2012, que o projeto possui, de que a estagiária não pôde dispor.

Este estudo tem como objetivo estabelecer o perfil da população imigrante que procurou o Meg@ctivo no período de 2010 a 2012. Não foi possível a realização por o projeto não dispor de espaço e tempo para a sua realização.

Análise Conclusiva

A realização deste estágio curricular é a etapa final deste percurso académico, após ter ultrapassado vários obstáculos nestes dois anos de Mestrado em Sociologia: área de especialidade em políticas públicas e desigualdade social.

No início da realização deste estágio delineei vários objectivos a alcançar, contudo o principal objetivo de um estágio a este nível é permitir que os alunos tenham um contacto directo com a realidade, que se vive, no mundo profissional. E, a partir daí, usar as suas ferramentas teóricas adequadas, da melhor forma, para tratar as situações com que irá deparar. Com o decorrer do estágio, a estagiária foi-se integrando no quotidiano do projeto e dos jovens que frequentam o espaço, nas normas de funcionamento e foi começando a desenvolver tarefas básicas e simples.

Como, por exemplo, a importância da valorização recente do lado “*humano*” dos indivíduos, do meio social e das relações interpessoais, principalmente no que se refere à capacidade de trabalhar em equipa, e de trabalhar as competências pessoais e sociais. Hoje em dia, as instituições de sucesso pretendem ter além de bons profissionais, uma boa equipa que funcione em conjunto e com membros que se ajudem mutuamente.

Esta é outra vertente importante do estágio e que tentei aproveitar da melhor forma, pois trabalhei num serviço em que a equipa era importante. O serviço não funcionaria sem um bom relacionamento entre pessoal Técnico de outras instituições que fazem parte do consórcio. Assim é possível viver as diferenças e divergências sem que isso signifique

ruptura ou desagregação, pois de acordo com MAILHOT (1981) “ o ser humano, qualquer que seja seu grau de socialização, deve libertar-se desta falsa obsessão de que só aqueles que nos parecem semelhantes nos são próximos e que para serem fraternais connosco, os outros devem ser idênticos a nós” (p.88). Ou seja, com esta estratégia, nota-se que todos trabalham em prol da satisfação e de prestação de serviço com excelência.

Este primeiro contacto com a realidade profissional, permitiu-me concluir que a formação académica recebida ao longo do curso apenas nos facultava as ferramentas, e é o esforço individual após deter o conhecimento destas ferramentas, que nos irá tornar profissionais mais ou menos competentes. Se soubermos dar um bom uso ao espírito de investigador, perante as múltiplas situações com que nos iremos deparar, torna-se claro que poderemos alcançar as nossas metas, pois é preciso saber onde podemos encontrar as peças para completar o “*sucesso*” da vida profissional.

Assim, nunca deveremos deixar de lado esse espírito académico de investigadores, “*pois ninguém nasce instruído mas sim torna-se*”, e certamente com muito estudo, dedicação e a experiência que fomos adquirindo.

Sob a perspectiva prática deste estágio, no que se refere às actividades realizadas, de realçar que o facto de realizar visitas domiciliárias foi importante, pois foi-se adquirindo mais conhecimento acerca das condições socio-económicas dos jovens. A partir disto, pode-se dizer que todas as instituições deveriam fazer visitas domiciliárias periodicamente, pois só assim é que conseguem verificar a situação real do utente e dar cumprimento ao disposto num plano de desenvolvimento individual de cada utente.

Algumas das dificuldades foram encontradas, uma vez que nesta área não há muita investigação e bibliografia.

Por conseguinte, considera-se relevante no PII, a sua medida que visa ao reforço do incentivo ao empreendedorismo dos imigrantes, No projeto Meg@ctivo elenca-se essa medida como uma ação primordial nas actividades desenvolvidas no projecto.

É importante que o projeto reforce os seus recursos humanos ao atendimento da população residente no bairro de Queluz, uma vez que nesta área há um número grande de imigrantes que precisam de informação, orientação e encaminhamentos. É essencial que: exista um maior investimento no apoio escolar para poder contribuir massivamente

para o sucesso escolar dos jovens; proporcionar aos seus familiares cursos de formação profissionalizante para se capacitarem a fim de ingressar no mercado de trabalho; promover reuniões com os professores, pais e carregados de educação. Desta forma conjugam-se estratégias para o aumento da escolaridade dos jovens para que a percentagem de pessoas qualificadas aumente, sendo indiretamente um investimento a longo prazo, para uma melhoria económica de Portugal.

Chegado o fim do estágio pode-se dizer que foram dias muito felizes e que as experiências que foram sendo adquiridas ao longo deste estágio foram muito enriquecedoras pois, contribuíram para um crescimento não apenas ao nível profissional, mas também pessoal, ajudando ainda a definir uma área de interesse específica para um futuro desempenho profissional.

Para finalizar, todos traçamos este percurso do qual realizamos aprendizagens que ficam sempre presentes. Não podemos ter medo de nos desafiarmos, não devemos deixar de acreditar que somos capazes, nem deixarmo-nos vencer pelas dificuldades da vida.

BIBLIOGRAFIA

Associação OLHO VIVO:

<http://www.olho-vivo.org/default.html>, acesso em 14 de outubro de 2011.

Carta Aberta sobre a política de imigração:

http://www.olho-vivo.org/carta_aberta.pdf, acesso em 13 de outubro de 2011.

Constituição da República Portuguesa:

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/crp.html>, acesso em 12 de outubro de 2011.

BAGANHA, M. I. (2006), "International Migration and Its Regulation ", in Rinnus Penninx et al (org.), *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe - A State of the Art*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 19-40.

BAGANHA, M. I., RODRIGUES, C.U. (2006), "Portugal: Acquisition and Loss of Nationality ", in Rainer Bauböck et al (org.), *Acquisition and Loss of Nationality. Policies and*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 435-476.

BAGANHA, M. I., MARQUES, J.C., GÓIS, P. (2006), "Trajectórias Migratórias: os imigrantes de Leste Europeu", in Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e Estado: Entre o Global e o Local*. Porto: Edições Afrontamento, 281-299.

BAGANHA, M. I. (2007) et alia "Challenging the Borders of the Welfare State", in. *Irregular Migration, Informal Labour and Community: A Challenge for Europe*. Maastricht: Shaker, 95-103

CASTLES, S., MILLER, M.,(1998) *The age of migration – International Population Movements in the Modern World*; New York, MacMillan Press (2ª Ed.).

DIOGO, A.M. (2006), Do envolvimento dos pais ao sucesso escolar dos filhos: mitos, críticas, e evidências. <http://www.fae.ufmg.br/osfe/Diogo,%20Ana%20Matias.pdf>, acesso em 3 setembro 2012.

DIOGO, A. M. (2008), *Investimento das Famílias na Escola. Dinâmicas Familiares e Contexto Escolar Local*, Oeiras, Celta Editora.

ONU, World Economic and Social Survey (2004). International Migration, New York, UN.. <http://www.un.org/esa/policy/wess/wess2004files/part2web/preface.pdf> acesso em 3 de setembro de 2012.

PORTES, A. (2006) *Estudos sobre as Migrações Contemporâneas. Transnacionalismo, Empreendedorismo e a Segunda Geração*, Fim de Século.

MACHADO, F. L. (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta.

MACHADO, F. L., MATIAS , A. R., e LEAL, S. (2005), "Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos", *Análise Social*, nº 176, vol. XL,695-714.

MAILHIOT, G. B.(1981) *Dinâmica e Génese dos Grupos*. São Paulo. Livraria Duas Cidades.

MARQUES, M. M., ROSA, M. J. V. (2003) ‘L’intégration des immigrés au Portugal: Singularité ou retard? *Sociologia. Problemas e Práticas*, 41, 2003, pp.8-35.

PIRES, R.P. (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.

PLANO PARA INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES- PII <http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii>, acedido em 3 de Setembro de 2012.

PROGRAMA ESCOLHAS, <http://www.programaescolhas.pt/> acesso em 3 de setembro de 2012.

PORTES, A. (1999) *Migrações internacionais: Origens, tipos e modos de incorporação*, Oeiras, Celta.